

Entrevista com a historiadora Érika Dias

Entrevistadoras:

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto (Doutoranda-PPGHIS/UFRJ)

mbporto@gmail.com

Bárbara de Almeida Guimarães (Mestranda-PPGHIS/UFRJ)¹

balmeidag@gmail.com

Apresentação: Érika Simone de Almeida Carlos Dias é licenciada e mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e doutora História Moderna pela Universidade Nova de Lisboa (2014). Foi pesquisadora e supervisora do *Projeto Resgate Barão do Rio Branco* de 1998 a 2013, coordenando várias equipes responsáveis pela organização, catalogação e indexação dos documentos do Brasil colonial (séculos XVI-XIXI) do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Atualmente é gerente editorial da *Revista Ensaio- avaliação e políticas públicas em Educação* - Fundação Cesgranrio e pesquisadora correspondente da Universidade Nova Lisboa.

Ars Histórica: Gostaríamos de agradecer sua participação, Érika Dias. O dossiê temático da 13ª edição da Revista Ars Historica trata do Império Português, séculos (XVI- XIX) e por isso viemos conversar sobre o *Projeto Resgate*, sua trajetória acadêmica e pessoal.

Para começar, como foi sua formação escolar e seu encontro com a história?

Érika Dias: Eu sempre estudei em escola pública, todo o fundamental, depois fiz escola técnica, ensino médio. Meu primeiro vestibular foi para Engenharia Civil na Universidade Estadual (UPE), e para a Federal de Pernambuco (UFPE), como primeira opção História, e segunda Direito, mas eu queria fazer História. Entrei na licenciatura da UFPE e mais ou menos desde o quarto período comecei a ler os documentos coloniais. A Federal de Pernambuco tem um acervo grande, e foram o Evaldo Cabral de Mello e o José Antônio Gonçalves de Mello, que pesquisaram muito fora do Brasil, que doaram tudo para o Laboratório de Pesquisa e Ensino em História (LAPEH) da UFPE. Tinha muito documento que era microfilmado e que eles imprimiram em papel de fotografia direto do microfilme. Na disciplina de Paleografia me destaquei porque eu tinha muita facilidade para ler os documentos. Logo depois, houve a prova

¹ A entrevista foi feita por Maria Beatriz Porto e Bárbara Guimarães dia 26/10/2016 a partir de perguntas elaboradas pelo Comitê Editorial. E-mail: revistaarshistorica@gmail.com

para monitoria e eu passei, sendo monitora da disciplina até o mestrado, sob supervisão da professora Virginia Almoedo de Assis, uma professora e paleógrafa excelente, de “mão cheia”, como se diz no Nordeste. Foi aí que comecei de fato a amar trabalhar com a documentação manuscrita colonial.

No início do meu mestrado, 1997, foi quando o *Projeto Resgate* iniciou o período áureo. O Minc precisava de pesquisadores que tivessem experiência com leitura de documentos coloniais para poder “fechar”, concluir, capitânicas grandes como Pernambuco. O Rio de Janeiro nem tinha iniciado, e a Bahia estava no fim. O *Resgate* já tinha começado em 1995 e eu entrei em 1998 para terminar PE. Pernambuco estava na metade da catalogação, com quase 300 caixas. A documentação de Pernambuco no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) estava toda dividida em 290 caixas, que poderia ser complementada com mais arquivos em Portugal, mas era evidente que o AHU era o arquivo em que a maior parte da documentação referente às colônias portuguesas foi guardada. Em 1931, os portugueses escolheram o Palácio de Ega² e juntaram toda essa documentação das colônias em um único acervo e guardaram lá. No AHU tem Brasil, Índia, África e também documentação que eles chamam de “do Reino”, mas que tem a ver com as colônias. É uma documentação que vai do século XIV e XV até o século XX, porque ainda pega a Secretaria de Estado da Marinha Ultramar e sua relação com a África, que vai até cerca de 1970 quando ainda era portuguesa. Portanto, é um acervo com milhares de documentos, sendo que quase metade do que está no AHU, do chamado período colonial, é referente ao Brasil. Era um arquivo que era parada oficial dos pesquisadores brasileiros. Uma parte da documentação do AHU você encontra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro copiada ainda no século XIX. Por isso que o projeto também se chama Projeto Barão do Rio Branco, porque foi justamente o Barão do Rio Branco, como Ministro das relações exteriores, que mandou poetas, pesquisadores, e outras pessoas para os arquivos portugueses para copiar essa documentação e trazer para cá. João Cabral de Melo e Neto foi um dos que, já no século XX, copiou documentos sobre o Brasil e trouxe para o Brasil

O *Projeto Resgate* nasce disso: da ideia original de trazer essa memória que está fora do Brasil. Essa ideia nasceu no século XIX, mas só deu frutos em 1959, por causa da ‘briga’ da França com as ex-colônias africanas que queriam entrar à força nos arquivos franceses e levar

² Também conhecido como Palácio do Pátio do Saldanha e Palácio dos Condes da Ega, é um imóvel localizado na freguesia de Alcântara, em Lisboa. A construção data do século XVI e desde então passou pelas mãos da família Saldanha, sendo posteriormente um hospital das trocas anglo-lusas e usado ainda como quartel general durante o domínio britânico sobre Portugal. A construção é adquirida pelo Estado em 1919 e hoje funciona como Arquivo Histórico Ultramarino.

a documentação de seus países. Mas a França não queria permitir, e essa querela acabou sendo resolvida pela Unesco em 1974, com a resolução 4212³. Isso chegou a virar acordo para que países com uma memória comum pudessem facilitar e democratizar o acesso às fontes à história de um país que estava guardada em outro. Mas, só no final dos anos 1980 que o Brasil conseguiu um acordo com Portugal e somente em 1992, a primeira catalogação aconteceu, com uma equipe portuguesa, catalogando a documentação de Minas Gerais. O *Resgate* veio com chancela do Ministério da Cultura, na pessoa da assessora especial, funcionária da FBN, Esther Caldas Bertoletti, que muito lutou para que o *Resgate* conseguisse cumprir o objetivo de tratar, microfilmar e levar a documentação para o Brasil. Quando eu cheguei, já tinham equipes brasileiras, havia pelo menos 15 ou 20 pesquisadores e professores brasileiros no AHU, foram mais de 120 pesquisadores ao todo que participaram do *Resgate*, entre brasileiros e portugueses, porque eram muitas capitânias. Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, cada uma tinha cerca de 300 caixas⁴ e cada caixa tinha pelo menos 70 documentos principais⁵. Muitas vezes cada documento principal tinha 5 anexos, então, o volume documental era muito grande. E, em capitânias como Pernambuco, por exemplo, só o século XVII estava em caixas. E esse século não representava nem 10 caixas. O resto eram maços, pilhas de documentos, mais ou menos arrumados cronologicamente e amarrados. Ou seja, foi necessário abrir pilha por pilha, ler os documentos, e juntar os anexos que, por vezes, estavam espalhados. Por exemplo, o ofício do governador encaminhando o mapa da carga do navio de São João da Boaventura, de 13 de julho de 1735, e o seu recibo, necessariamente não estavam juntos do ofício principal. Esses recibos estavam separados, a gente tinha que ler, juntar os anexos desses processos⁶. De uma forma

³ “A proposta de colaboração bilateral Portugal-Brasil materializou-se institucionalmente, em 1995, por meio de protocolo assinado pelas autoridades dos dois países, no âmbito da Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO), estabelecendo como objetivo principal disponibilizar reciprocamente documentos históricos relativos à História dos dois países. Esse acordo teve entre seus fundamentos a resolução no 4212, de 1974, da UNESCO, que convidou seus Estados membros “a examinar favoravelmente a possibilidade de transferir as informações contidas nos documentos provenientes de arquivos constituídos no território de outros países ou se referindo à sua História”. Considerava “patrimônio comum” os documentos do passado de países ligados anteriormente pelos laços de colonialismo”. Disponível em <http://www.cmd.unb.br/pdf/Historia_Digital_Ano_2_N_2_2009.pdf> Acesso em 14/12/16

⁴ O Arquivo Histórico Ultramarino guarda os documentos soltos ou avulsos em caixas.

⁵ O arquivo tem mais de 4200 caixas de documentação avulsa, solta. Destas o Resgate organizou, catalogou e microfilmou 2422. Mas se falarmos apenas em organizar e catalogar este número sobe em mais 250 caixas (Reino e Brasil Diversos) que não chegaram a ser microfilmadas. Dos 2133 códices, o Resgate microfilmou 833. Juntando o número de caixas e códices podemos inferir que cerca de 51 % da documentação do AHU foi tratada e microfilmada pelas equipes do Projeto Resgate. Ver “Projeto Resgate: ampliando os horizontes da história luso-brasileira”. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/85/84>> Acesso em 14/12/16.

⁶ Para entender o tipo de documentação trabalhada no Projeto Resgate e quais eram as tipologias mais recorrentes ver “Informação e memória: o Projeto Resgate e a administração do Brasil colonial no século XVIII”. Disponível em <<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/IRIS/article/view/10>> Acesso em 14/12/16.

geral o que fizemos foi ler, organizar a documentação e formar os processos, estabelecendo o que era o documento principal e o que era anexo a este documento principal. Para isso tivemos de aprender o que eram as tipologias documentais e os arquivistas do Arquivo Histórico Ultramarino foram sensacionais quanto a isso. Bem como a professora Heloísa Liberalli Bellotto da USP. Aprendemos tudo de tipologias com José Sintra Martinheira, arquivista sênior do AHU, e com a professora Heloísa.

AH: E a conservação desses documentos?

ED: Excelente! Porque o clima lá não é tão úmido, não é tropical como o do Brasil. E o arquivo, apesar de ser um prédio do século XVII que precisava de muitas reformas e essa documentação ter ido para lá em 1931, era bem acondicionada. Não era como os nossos arquivos aqui, porque eles não tinham o problema da umidade constante, com o clima tropical que nós temos, mofo. Eles não sofrem desses problemas, os problemas são de outra ordem. No AHU eu não vi a documentação se perder [por causa da umidade], mas vi ter sérios problemas porque choveu muito e, na parte em que os documentos estavam, pingou e molhou tudo. Mas não é uma coisa constante, principalmente depois da reforma de 2005.

AH: O arquivo era aberto antes da década de 1980 para os pesquisadores brasileiros?

ED: Completamente. A questão é que não estava organizado. Porque antes de 1930, quando essa documentação estava em outro setor, o Castro e Almeida foi pago pelo governo brasileiro para fazer uma espécie de catálogo da documentação. Ele fez Bahia e Rio de Janeiro, mas tirou apenas o supprassumo, fez as séries dele, e vendeu o catálogo. Porque era um mundo de papeis, então, imagina você estudar a Câmara do RJ, cuja documentação estava toda misturada e eram milhares de documentos, são 300 caixas, cada caixa você multiplica por 70. Era muita coisa. O catálogo do Rio de Janeiro dele praticamente é composto de consultas, alguns anexos da consulta e, às vezes, que nem eram da consulta, porque podemos perceber que alguns nem fazem parte do anexo principal. Por exemplo, você imagina estudar a câmara do Rio de Janeiro no ano de 1770, tinha que abrir sete caixas! E não tinha número de documento, catálogo, você tinha que ler um por um para você saber qual era sobre a Câmara e uma caixa podia conter até 120 documentos. Você tinha que ler os 120 ou pelo menos abrir os 120 até achar o que fosse referente à sua pesquisa. Era brutal a pesquisa. Estava aberto, mas não existia um catálogo pelo qual os pesquisadores pudessem se guiar. Então, um dos grandes méritos do *Resgate* e que beneficiou muito o AHU foi justamente organizar esta documentação.

Em 1930, o AHU, após deliberações superiores, resolveu fazer a divisão geográfica, o que de certa forma “destruiu” a forma como essas séries documentais estavam não só planejadas como organizadas. Mas facilitou a vida do pesquisador. Por exemplo, isso não acontece na Torre do Tombo. Dificulta a vida do pesquisador? Dificulta, mas também por outro lado quem pesquisa inquisição consegue ter uma noção de como estes processos estavam. Do mesmo jeito que eles estavam, eles estão. É o mesmo número que foi dado pelo inquisidor. E está tudo lá. Aquilo estando descrito, você consegue achar seu processo. Com esse desmembramento das séries de forma geográfica, isso se destruiu. Porque numa época em que São Paulo fazia parte de Minas, eles [os atuais Estados] estavam juntos na documentação. Como é que você separa esse documento? Gomes Freire⁷ assina como governador das Minas Gerais e São Paulo. Ele era governador de meio mundo! Se o critério é geográfico, você põe que ele está em Sabará ou em Ouro Preto, mas ele está falando de problemas do Rio de Janeiro. Então qual é o critério que você usa? Temático ou geográfico? Porque se for geográfico, e ele está escrevendo de uma vila lá de Minas, o documento fica em Minas. Mas a discussão dele é a “briga” do juiz de fora com a Câmara de uma vila do Rio de Janeiro. Então não tem lógica aquele documento ficar catalogado em Minas Gerais, mas você tinha que ter um critério geral. Então esse critério geográfico acabou fazendo com que esses erros acontecessem. Em alguns casos, como cada capitania foi catalogada e organizada em parte por professores e pesquisadores daquela capitania, aqueles professores muitas vezes tiraram aquela documentação dali porque entendiam daquilo. Mas só quando fomos fazendo a organização, que a gente descobriu esse tipo de problema. Então nesse aspecto, essa confusão, essa forma de desmembrar, facilitou porque, se você pesquisa o Rio, é evidente que é muito mais fácil você chegar no AHU ou hoje no *Projeto Resgate online* e olhar, abrir a série Rio de Janeiro, e olhar aquilo que quer, porque diz respeito ao seu projeto de pesquisa. É muito mais fácil do que “catar” em milhares de cartas. Mas se por esse lado, facilitou, por outro lado bagunçou, porque existiram casos em que você não tem como dizer de onde era aquele documento e em qual série você ia localizar ele. Por isso que o próprio arquivo criou uma série chamada Brasil Geral ou Brasil Generalidades, documentos que diziam respeito a mais de uma localidade do Brasil ou falavam do governador-geral do Brasil ou do vice-rei e faziam uma espécie de “apanhado” do Brasil inteiro⁸. Então, foi

⁷ António Gomes Freire de Andrade (1685-1763) foi um militar e administrador colonial português, intitulado Conde de Bobadela. Foi governador das capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e sul do Brasil.

⁸ Por exemplo:

calhar na série Brasil Geral, que é uma série totalmente artificial, porque dentro do Império Português não existia uma série Brasil Geral. Tinha uma série Índia, África, Brasil, mas não tinha uma chamada de Brasil Geral. E passou a existir a partir de 1931 por isso, porque eram documentos que geograficamente você não tinha como localizá-lo corretamente em canto nenhum.

AH: Os arquivos costumam ser organizados por arquivistas e no caso do *Projeto Resgate* foi feito por historiadores. Como você vê esta relação de organização do arquivo pelo historiador?

ED: Existe de fato essa diferença. É necessário que os pesquisadores brasileiros e professores aprendam um pouco a forma como os arquivos se organizam. Porque a gente na faculdade não tem noção de diplomática. Você tem que entender os tipos documentais, porque senão não tem como fazer o catálogo. As coisas mais simples são as cartas, os ofícios, as consultas... Mas, por exemplo, se você não sabe o que é um bilhete, ou o que é um escrito, você não vai entender, você vai chamar aquilo de carta e não é. Então, também foi necessário aprender um pouco com os arquivistas, Heloísa Bellotto foi fundamental para entendermos as tipologias documentais, ou seja, o que era aquele documento e porque ele era considerado um documento principal. O historiador tem muita dificuldade nisso, se as vezes perde a documentação que ele está tentando achar, ele não sabe direito onde olhar isso, porque acha que toda ordem régia é ordem, e não é. Existem as leis, existem as cartas régias, existem os alvarás, existem os decretos. Toda ordem é régia, tudo é ordem régia, mas existem códices específicos para cada coisa. Foi o Sintra, arquivista do AHU quem me ensinou a diferença entre os diferentes tipos de ordens régias e tantas outras coisas sobre a documentação. Todo pesquisador do Resgate é grato a ele.

Em determinados arquivos, o que é oficial é ofício, e o que é particular é carta. No AHU é o contrário: carta é ao rei, ela é oficial; ofício não é ao rei, o ofício pode ser entre autoridades subalternas, mas de mesmo escalão (digamos assim, hierarquicamente falando), mas também pode ser algo um pouco mais particular. Muitas vezes os governadores escreviam para os

[post. 1682, Novembro, 6, Lisboa] ALVARÁ do príncipe regente [D. Pedro], proibindo a partir daquele momento a construção de novos engenhos de açúcar no Brasil, sem licença dos governadores das capitanias. **AHU-Brasil-Geral.**

AHU_CU_003, Cx. 1, D. 94.

Como se tratava de engenhos de nenhuma capitania específica, o critério geográfico não permitia pôr este alvará na Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro. Para esse tipo de documentação foi criada a série Brasil-Geral ou generalidades, que não existia originalmente no século XVII, mas que ajudou os arquivistas do AHU a guardarem os documentos seguindo a lógica do critério geográfico.

secretários de estado em forma de ofício. Não tem outra forma de escrever. Não é carta. É ofício. E escreviam ao rei em forma de carta. Então a gente tinha que aprender a diferenciar a carta do ofício. E como é que a gente fazia isso? Pelos remetentes e pelos destinatários. Dependendo de a quem se destinava, era possível dizer se aquilo era carta ou ofício. A mesma coisa com aviso e escrito.

AH: O Projeto Resgate começou com as caixas e trabalhou com os códices também?

ED: Também. São mais de dois mil códices⁹. Costumamos dizer que a documentação do AHU está dividida em dois grandes fundos: O Conselho Ultramarino e a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), o que não é verdade. De forma institucional, e para se entender, de forma mais geral, é isso. Mas dentro do Conselho Ultramarino tem vários outros fundos: tem Conselho da Índia, Casa da Índia, Casa da Fazenda, é uma documentação muito misturada. Dentro dos papéis do que se chama Reino, tem documentação de secretários de outras secretarias. Essa documentação do AHU está feita de duas formas: é a documentação avulsa, ou seja, solta, que está nas caixas; e a documentação que está em livros de registros, livros chamados de códice, mas na verdade não é um códice, porque são cópias de ordens, cópias de ofícios, cópias de decretos, cópias de consultas, que estão no livro de registro, e que no AHU convencionou-se chamar de códice¹⁰. São 2.133 códices que tem o AHU e de caixas são quase 4.500 caixas. A SEMU vai do final do século XVI, reformada em 1736, e fica até 1833, e trabalha junto com o Conselho Ultramarino a partir de 1760 mais ou menos, toma quase todas

⁹ Códices são documentos organizados e costurados (cosidos) em forma de livro com capa de couro. Podem ser códices de consultas, de alvarás, de provisões – como no caso do Conselho Ultramarino - ou mesmo de avisos e mandados - no caso das Secretarias de Estado. Além de temáticos no que respeita ao tipo documental (tipológicos) possuem recorte cronológico, no caso das consultas e avisos também possuem recorte geográficos, isto se estivermos falando de consultas do serviço real. Os códices de consultas do serviço real o critério é cronológico e geográfico. Há livros de consultas do serviço real para Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Grão-Pará e Maranhão e outras partes do império (Angola, Cabo Verde, Índia, etc.). Como dissemos, para estas consultas o critério é geográfico e cronológico. Por exemplo: consultas de Pernambuco códice 265 (1673-1712), códice 266 (1712-1749), códice 267 (1749-1807). No caso das consultas mais gerais, como por exemplo, consultas de partes, consultas mistas, consultas de mercês gerais, o critério não é geográfico, pois engloba várias partes do império português. Neste caso, os livros têm anos bem definidos, e o pesquisador só vai achar um assunto ou uma pessoa se souber o período no qual o fato aconteceu ou o nome completo do requerente. O critério para estes livros de consultas é o cronológico. Por exemplo: Consultas mistas, códice 13 diz respeito aos anos de 1643 até 1646, o códice 14 vai de 1647 até junho de 1652 e assim em diante. No livro 13, no fôlio 398 há uma consulta sobre o pedido de um vigário do Maranhão, já no fôlio 398v (verso) a consulta é sobre os procedimentos do governador de Cabo Verde. Isto é, o critério não é geográfico e sim cronológico.

¹⁰ Códice no sentido estrito da palavra é um livro manuscrito. Os códices do AHU são na verdade centenas de cópias de documentos manuscritos soltos que foram cosidos em forma de livro e encadernados em forma de códice. O conselho juntou centenas de consultas, cada um dizendo respeito a um assunto, arrumou cronologicamente e encadernou. Muitas vezes o rei passava a resolução na consulta (avulsa, solta) e também naquela que foi passada a limpo e encadernada em forma de códice junto com outras.

as prerrogativas do Conselho Ultramarino, portanto essa documentação coabita nas mesmas caixas.

AH: Você acha que deveria ter sido mantida a organização original, em vez da geográfica?

ED: Ela era mais complicada, mas fazia mais sentido. Na lógica, se a documentação tivesse toda organizada, faria mais sentido, porque você também não destruiria a forma como aquele arquivo foi criado. Porque quando ele era uma instituição do poder central, ele tinha toda uma organização e toda uma lógica. E no momento em que aquela documentação foi desmembrada e foi separada, ela perdeu esse fio condutor, e meio que foi recriado artificialmente, entendeu? Os códices não foram desmembrados, você pega um livro da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, de ordens e avisos, e tem ele de 1750 a 1790 e consegue entender a lógica.

AH: Érika, como você percebe a importância do *Projeto Resgate* para a historiografia sobre o Império Português?

ED: Então... Tanto para aqui quanto para lá. Os historiadores portugueses de certa forma descobriram de novo o Brasil, porque em Portugal se estuda muito a Índia, é o tema mais estudado. O Brasil sempre foi muito deixado de lado, porque tinha isso: a documentação não estava nada tratada, então a pessoa tinha que ficar catando. A partir do *Projeto Resgate*, a Universidade de Lisboa, por exemplo, passou a ter um mestrado de História do Brasil, e os mestrados e doutorados de História dos Descobrimentos passaram a de fato ter mais trabalhos, mais alunos a partir de 2003, mais precisamente a partir de 2006.

O AHU também microfilmava a documentação, mas, para preservar fazia-se primeiro o microfilme, e se digitalizava não o documento, mas o microfilme. O acordo Brasil-Portugal era para o Brasil ter uma cópia do documento, mas também deixar uma cópia para o arquivo. Nesse aspecto não saiu um euro da instituição portuguesa. Claro que tivemos ajuda portuguesa. Teve uma época em que o *Projeto Resgate* recebeu apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Eu mesma tive bolsa dessa fundação. O *Resgate* recebeu apoio da Comissão Nacional para a comemoração dos Descobrimentos Portugueses. Em 1998, essa comissão estava a mil porque as comemorações eram em 2000. Houve muitas bolsas e apoios monetários, então microfilmou-se essa documentação porque nós tínhamos interesse e era esse o grande ponto da questão. Por isso, entre outras razões, que de 1985 até 1992, o projeto não saiu do papel, porque compreensivelmente os portugueses não queriam deixar que a documentação saísse de lá, pois diminuiria (e diminuiu) o número de brasileiros pesquisadores no AHU. Os microfilmes foram

dados aos arquivos. Todos os arquivos dos estados receberam uma cópia dos microfimes do seu Estado. E todas as universidades, federais sobretudo, com departamento de História receberam uma caixa de cds (cerca de 300 cds).

AH: A Biblioteca Nacional tem todo o material?

ED: A Biblioteca nacional tem tudo! É a única instituição brasileira que tem tudo. Os microfimes, os CDs e agora estão disponíveis pelo site da BN os documentos digitalizados. As universidades federais que tinham departamento de História também receberam um conjunto do que estava pronto, que era o primeiro conjunto de CDs do *Resgate*.

AH: E qual é a situação atual do projeto? Ele se encerrou?

ED: O Projeto em 2014 só éramos eu e outra pesquisadora. O AHU nos dava todo o apoio possível para que continuássemos o trabalho. Quando vim para cá,¹¹ o Projeto ficou suspenso. Estávamos até terminando o “Brasil diversos”, mas essa série não foi concluída e o projeto passou por problemas de orçamento e liberação de verbas. Verba tinha, mas não como chegar em Portugal, nesse processo de deixar o projeto todo legal, digamos assim, registrado, no Ministério da Cultura, não deu tempo de acabar o “Brasil diversos”. Outra coisa que o *Resgate* fez que não diz respeito especificamente ao Brasil, mas que tem muita documentação sobre o Brasil é a “Série Reino”, com cerca de 500 caixas. Catalogamos mais de 200, não foi microfilmado, e pelo menos 30% dessa documentação diz respeito ao Brasil. Com o *Resgate* o número de trabalhos sobre colônias cresceu muito. As pessoas tinham muito interesse antigamente em fazer História Contemporânea porque tinha pouca fonte para estudar colônia. Estados como o Rio de Janeiro ainda são privilegiados porque têm o Arquivo da Cúria, o Arquivo da Cidade, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico... Minas também tem muito arquivo paroquial. Mas Pernambuco não tem quase nada de arquivo paroquial. A documentação do arquivo Jordão Emerenciano é basicamente a partir do século XIX. Alguma coisa do século XVII e XVIII que tinha era doada por José Antônio Gonçalves de Melo, das pesquisas que ele fez fora e doou para a universidade. Agora você imagine Tocantins, Goiás, Rio Branco, o Norte do Brasil... Era quase impossível ter dezenas de dissertações sobre história colonial da sua terra, só quem podia fazer era quem viajava para Europa e não tinham tantas bolsas assim na década de 1990.

¹¹ Érika reside atualmente em Niterói, RJ.

A maior série do AHU é Brasil. 50% das caixas do AHU são do Brasil, 4279 caixas. O *Resgate* catalogou e microfilmou 2422. Se você juntar isso aos códices, cerca de 51% do arquivo foi microfilmado e organizado pelo *Resgate*. A documentação do Brasil era de fato a maior, em termos de quantidade. As segundas maiores são Índia e África. Acontece que o AHU fez um projeto semelhante para tratar da documentação da África. Só que, coordenado pelo AHU, intitulado: Projeto África Atlântica. Também fiz parte deste projeto, como pesquisadora do projeto na catalogação de Angola e séries menores. Fizemos só catalogação, não havia recursos para digitalização, e hoje a catalogação está disponível na página do AHU¹². Eles não concluíram porque acabaram os recursos, mas conseguiram chegar até meados do século XVIII, início do período pombalino. Mas o pesquisador pode chegar lá em Portugal, no AHU, hoje e aquilo que não foi microfilmado, pode ser fotografado. Ele consegue fazer a pesquisa aqui do Brasil, mas acesso ao documento só presencialmente no arquivo. Fazer a pesquisa de cá já facilita muito a vida do pesquisador

AH: Você vê alguma diferença entre trabalhar com documentos físicos e digitais? Pela sua experiência com paleografia e projetos. Tanto o suporte, vantagens e desvantagens...

ED: Com certeza. Não tem historiador que diga que vai gostar de ler o documento no suporte digital. É horrível. É prático se não tem outro. Mas não tem comparação você pegar no documento. E nós que somos historiadores adoramos pegar no papel. Isso é importante porque eu tive que datar muitos documentos pelo tamanho, tipo, cor e marca d'água do papel. Tinham centenas dos documentos do Rio de Janeiro e do Brasil Geral e do Reino em que eu tinha que pegar para saber pela textura do papel, pela letra, pela cor da letra para saber se aquele documento era da década de 1680 e não de 1710. Porque os conselheiros que despachavam eram os mesmos. Mas como eu poderia colocar lá na capilha que aquele documento era do século XVII e não do XVIII? Pela marca d'água e tamanho do papel. Os documentos crescem no século XVII e XVIII. No século XVII o documento cabe dentro da capilha¹³. Os do século

¹² Ver os códices na página do extinto IICT (Instituto de Investigação Científica Tropical). Hoje o AHU está debaixo da alçada dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, mas a página continua a mesma: Disponível em <<http://actd.iict.pt/collection/actd:CUF002>>

Acesso em 14/12/16

¹³ Uma espécie de capa de papelão. Toda a documentação do AHU está encapilhada, ou quase toda a documentação. Os documentos avulsos são acondicionados nas caixas, mas para separar um processo do outro, um documento principal do outro, utilizamos estas capas (capilhas), feitas especialmente para este fim. Há o nome do Arquivo na parte de cima e depois o da subsérie (capitania ou parte do império), há espaço para botar o ano, o mês, dia e o local. E há espaço para se escrever a ementa ou resumo do processo que está dentro da capilha, explicando ao leitor o que é o documento principal e quantos ou quais são os seus anexos. A padronização não foi

XVIII passam da capilha. O estilo de letra muda também. A partir de tanto tempo pesquisando as mesmas pessoas você consegue reconhecer a letra. Eu sabia exatamente quem tinha escrito mesmo sem serem assinado. Certas nuances, detalhes sobre os documentos, só vêm do papel, cheiro de documento... [risos]. Agora, é evidente que se você não tem o documento em papel, você tem acesso ao digital é ótimo, porque dependendo da qualidade da digitalização você consegue imprimir aquilo e ler. Muitas vezes eu imprimi para poder ler, preferia baixar e imprimir, e ainda mais quem teve acesso aos CDs, guardou isso em HD e pode imprimir, baixar aquilo e ler no papel, se acha melhor, porque é possível fazer isso.

AH: Erika, fala um pouco da sua pesquisa no mestrado e no doutorado e sobre a relação com a historiografia do Império Português, como ela muda depois do *Projeto Resgate*?

ED: Eu estava terminando o mestrado quando eu fui para o *Projeto Resgate* e chegando lá mudei minha pesquisa, porque eu fui trabalhar com as caixas de Pernambuco no século XVIII, e me deparei com os problemas da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, que é uma Companhia pombalina que estava em processo de extinção e tinha uma briga muito grande entre os moradores de Pernambuco e a Companhia. No meu mestrado, trabalhei com essa questão, mas a gente ainda estava muito imbuído daquela perspectiva da USP, de Império Português, de política colonial, de sistema colonial, de Fernando Novaes e minha dissertação de mestrado é um pouco nessa linha, porque eu usei muito José Ribeiro Junior, mercantilismo, e meio que eu tinha acabado de chegar. Eu cheguei em 1998 e em 2000 tinha que ter escrito a minha dissertação. Meados de 2001 eu defendi, então eu pouco dialoguei com as fontes e com a historiografia portuguesas, que é muito ligada a historiografia daqui, que é feita hoje no Brasil. Só para fazer meu projeto de doutorado que eu fui ler a fundo Hespânia¹⁴, Nuno Gonçalo

perfeita, algumas capitânias contaram os anexos outras especificaram. As capilhas foram encomendadas e pagas pelo AHU, bem como, as novas caixas (maiores) para caber comodamente os documentos maiores, para não haver necessidade de dobrá-los.

¹⁴ Cf. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do leviathan: instituições e poder político: Portugal, séc. XVII*. 1994. HESPANHA, António Manuel (coord). *História de Portugal. Antigo Regime*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Monteiro¹⁵, José Damião Rodrigues¹⁶, Ângela Domingues¹⁷, o próprio Subtil¹⁸. Eu fui descobrindo essa historiografia portuguesa e aí toda a minha visão de Império Português, aquela coisa amarradinha, certinha, politicamente construída com projeto para o Brasil, políticas coloniais fechadas e pensadas para cada século, tudo isso foi desconstruído, quando eu li Fatima Gouvêa, João Fragoso, Fernanda Bicalho¹⁹ historiadores daqui do Brasil. Quando eu comecei a ler isso, juntando os textos do Nuno Monteiro, do Hespanha, Romero Magalhães²⁰ quebrou todo um paradigma historiográfico que eu tinha na cabeça e foi muito complicado, foi muito difícil rever tantos conceitos. Eu até escrevi um artigo para a revista *Ultramares* falando de Império Português, em que eu retornei a esses autores e desconstruí a ideia daquilo que eu tinha posto na minha dissertação de mestrado²¹. Nesse artigo, de certa forma me desfago de todas essas roupagens que eu tinha, que o próprio Romero Magalhães desconstrói, explicando que no período pombalino não tinha isso, não tinha projeto para o Brasil, que isso não é verdadeiro, que estas políticas eram construídas ao sabor do momento, ou seja, as circunstâncias apareceriam e o governo central em Lisboa pensava em como resolver esse problema, não era uma coisa “vamos fazer assim” era muito mais, “aconteceu isso e a gente precisa de uma resposta”²². Vê-se perfeitamente isso, e foi a partir dessa minha construção de projeto de doutorado que eu comecei a interagir mais e participar mais de congressos lá e cá e a desconstruir, digamos assim, essa minha ideia de Império Ultramarino, baseada nessa minha visão de historiografia brasileira que vigorou até os anos 90 no Brasil de forma hegemônica.

¹⁵ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O crepúsculo dos grandes: a casa eo património da aristocracia em Portugal: 1750-1832**. 1998. MONTEIRO, Nuno Gonçalo; DE ALMEIDA, Soares. **Elites e poder: entre o Antigo Regime eo Liberalismo**. 2003. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack braziliense**, n. 2, p. 4-20, 2005.

¹⁶ Cf. RODRIGUES, José Damião. **Poder municipal e oligarquias urbanas: Ponta Delgada no século XVII**. Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

¹⁷ Cf. DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos. **Colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

¹⁸ Cf. SUBTIL, José Manuel Louzada Lopes. O desembargo do Paço (1750-1833). Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1996. SUBTIL, José. Os poderes do centro. **História de Portugal**, v. 4, 1998.

¹⁹ Cf. FRAGOSO, João; DE FÁTIMA GOUVÊA, Maria. **O antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa:(séculos XVI-XVIII)**. Editora Record, 2001. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; DE FÁTIMA GOUVÊA, Maria. **Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Civilização Brasileira, 2010. FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima (Orgs). **O Brasil colonial**. Civilização Brasileira, 2014 3v.

²⁰ Cf. MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero. **O Algarve económico: 1600-1773**. 1984.

²¹ Artigo intitulado “Império, administração e poder no Brasil colonial: notas historiográficas”. Disponível em <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxyZXZpc3RhdWx0cmFtYXJlc3xneDozNTRkZmQ4YTc3YjdkNWZj>> Acesso em 14/12/16

²² Trata-se de um texto curtinho e muito relevante para a compreensão do período pombalino. O autor é o Joaquim Romero Magalhães, da Universidade de Coimbra, e o texto intitula-se “Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil” ele publicou por último no livro *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011.

Ela ainda vigora, mas não de forma hegemônica, existem outros modelos, e outros pensadores, e outros historiadores, outras obras que descontroem e se fundamentam para poder fazer essa crítica do que era o Império Português. O processo de doutoramento em Portugal é muito particular e muito individual, você “meio” que se forma, vai lendo, vai construindo, refletindo e escrevendo. Não tem uma cadeira (disciplina) sobre as leituras que você precisa fazer para o seu tema, não tem uma disciplina sobre historiografia, por exemplo, não, não é assim. Até porque, a primeira vez que eu li o Hespanha, eu não entendi nada, eu me achei assim uma energúmena “que, que é isso?” [risos] eu lia e relia várias vezes várias páginas e um dia se fez “luz”, de tanto eu ler e reler: “Agora eu consigo entender exatamente o que ele quer dizer com isso!”. Foi muito interessante porque de fato a gente desconstrói o que achava que era um modelo acabado, fechadinho, tão arrumadinho de causas e consequências de fatores que levam a isso e aquilo.

AH: E o *Resgate* nesse processo de desconstrução? Depois dessa leitura, como foi o contato direto com a documentação?

ED: A documentação te dá uma base muito interessante. Quando você vai ler esses documentos, tentando entender essa lógica do Império, é muito mais simples você perceber que essa sociedade colonial, construída assim dessa forma, ou seja, com esses valores de Antigo Regime, com o pensamento dessas elites exigindo do Rei seus direitos, querendo ser respeitada, mostrando ao Rei que eles têm direito de cobrar sim, e que o Rei deve a ela de alguma forma, sabendo quais os canais a serem utilizados para que suas súplicas fossem atendidas, que determinadas coisas tinham que subir sim ao secretário de Estado, que ele que seria o intermediário, ou não, que tinha que ir para o Conselho Ultramarino, de que forma aquela Câmara poderia destituir o governador. Quais eram os canais legais, legítimos, jurídicos para se embasar uma denúncia em queixa? Quais os critérios para tirar um agente régio que é contrário aos interesses da elite? De que forma o Rei poderia ouvir? Então, toda essa negociação, toda essa questão de aliança, de pacto - que Evaldo Cabral de Mello Neto²³ explica muitíssimo bem nas obras que escreveu, e é um dos primeiros a notar isso, a gente vai rever quando lê, por exemplo, as Cartas da Câmara de Olinda, do Rio de Janeiro - dessas elites, ora representadas até por categoria. Porque tem lá na documentação “nós, os senhores de engenho,

²³ Cf. MELLO NETO, Evaldo Cabral de. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. Editora Nova Fronteira, 1986. MELLO NETO, Evaldo Cabral de. **O nome e o sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial**. Companhia das Letras, 1989.

viemos aos pés de Vossa Majestade” pedir isso e isso e isso, por isso, isso e isso, “nós lutamos, nós derramamos nosso sangue” a Coroa, o Rei tem que entender, ele precisa resolver essa questão e ver que “nós somos vassallos fiéis”. Lemos sobre esse paradigma de construção de Império Português e a documentação está embasada, nessa noção, de que existiam valores, um conjunto de regras, de signos, outra moral, ética, noção de lealdade e fidelidade – não chega a ser vassalagem no sentido medieval, mas utiliza muito os termos –, aquelas ideias da Idade Média, ideia de laços, pactos e alianças de fidelidade. Então, isso está na documentação, a gente vai lendo e confirmando o que muda no século XVII. As arquiteturas de poder, essa concepção de Império Ultramarino que era uma no século XVII, e que vai mudando, e o papel que Pombal teve nisso. Esse reformismo que acontece no século XVIII não só em Portugal, mas na Europa inteira, na Espanha borbônica... todos os modelos portugueses (as reformas) “são copiadas” da Espanha. Esse século XVIII é muito mais reformista do que iluminado, podemos dizer assim. Tem muito mais a ver com reformas administrativas, políticas, do que mesmo com um “Estado iluminista”.

AH: Quais os temas mais pesquisados nas bases do Projeto Resgate e quais os temas mais promissores, que tem poucos trabalhos?

ED: O tema mais fácil de trabalhar é administração, quem quer trabalhar com instituições, tribunais e secretarias, essa documentação é fantástica. E ela tem “muito pano para manga”, digamos assim. Quem quer trabalhar com comunicação política também, porque você vai ter muita documentação de governador para secretário de Estado do Rei, vai ter todas as “confusões” que ocorreram nas capitanias, as que eram mais relevantes subiam ao poder central, isso em meio a processos que vão do começo ao fim, desde o início da querela, da denúncia, da queixa, até o que o rei decidiu ou de que forma aquilo ficou resolvido na capitania, seja por meio de um motim, de uma revolta ou da prisão dos envolvidos, ou da deportação. Outro assunto muito presente é o da Defesa, principalmente do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, invadidos durante o século XVIII. Há muita documentação para todas essas áreas de conflito. Século XVII também tem muita coisa sobre os holandeses. Para o século XVIII há muito material: Fronteiras, limites, índios, miscigenação desses índios, jesuítas. É uma documentação muito rica tematicamente falando, quando a gente olha a princípio, parece ser uma coisa mais fechada, administração pura e simples, mas não é. E motins às vezes que nem aconteceram, mas o medo deles era tão grande, que tem uma resposta, da Coroa ou do governo sobre isso. Na minha tese de doutorado, analisei uma querela entre senhores de engenho e a

Mesa da Inspeção sobre o preço do açúcar: a Mesa e os senhores queriam um preço, e a Companhia Geral queria outro. Os senhores de engenho prenderam as caixas, não vendem. A Companhia mandou tirar as caixas dos armazéns e o conflito dividiu a capitania. Chegou uma hora em que os navios estavam no porto, precisavam ir a Lisboa, tinha que levar o açúcar, porque era o grande produto de exportação da capitania, era dali que vinha o dinheiro dos dízimos, de uma série de impostos que revertiam para a capitania. O açúcar já estava “vendido” para Lisboa e os navios estavam precisando carregar e quem carregava os navios era a Companhia. Os senhores do engenho, respaldados pela Mesa de Inspeção, não liberavam o açúcar àquele preço de jeito nenhum. E quando a Companhia meio que forçou o governador a tomar as caixas, os senhores de engenho se armaram, tipo “vai ter uma revolta, não é assim”. O governador tomou as caixas, mas negociou. Ele chegou num consenso, meio que todo mundo teve que ficar agradado, porque precisava levar o açúcar. O interessante é que tudo isso foi resolvido na capitania, o Rei só soube do resultado, porque os navios estavam no porto, precisando ser carregados. Ele, o governador, [Manuel da Cunha Meneses] não teve tempo para escrever para Lisboa, para perguntar o que ele iria fazer, ele tinha que fazer e pronto. Se a solução fosse boa, maravilha. Se fosse ruim, a culpa era dele, ia ser preso e deportado. E não era a primeira vez que um governador era assassinado. Por isso que na minha tese eu trabalhei com governadores e suas administrações, não trajetórias individuais. Não quis fazer as trajetórias, a carreira dos governadores, fiz isso de uma forma muito pequena. Interessava-me muito mais a forma como eles governavam, como eles interagiam com as elites, com o poder central, do que qualquer outra coisa. Agora o que acontece, são milhares de documentos, então você tem que fazer uma triagem, porque, dos documentos que eu pesquisei, que eu levantei, eu usei um terço. Então aquilo que está citado na minha tese, que parece muito, é um terço daquilo que eu li. Só que na hora de escolher você não pode escrever tudo, a tese teve 700 páginas. [risos] Então, eu tinha que cortar, escolher bem.

Agora, também há temáticas pouco estudadas. Tem um tema que o *Resgate* abriu a porta, e que eu acho muito interessante, que é a questão do comércio de escravos. Sei que é um tema recorrente e muito discutido, mas nem sempre utilizando essa documentação. Porque hoje a gente tem a documentação do Brasil toda tratada e microfilmada, mas a da África não, mas está catalogada, principalmente século XVII, o início do século XVIII. Então é completamente possível você fazer um estudo sobre Angola e Pernambuco, Costa da Mina e Bahia, embasado por outros documentos, que não esses grandes documentos que já estão para lá de vistos, digamos assim. Então, quem pegar São Tomé e Príncipe, quem pegar Costa da Mina, quem

pegar Cabo Verde, quem pegar Angola, consegue fazer uma ligação fantástica com o Brasil e descobrir quem eram os grandes traficantes, de que forma esse comércio era feito. Mas não na perspectiva daqui para lá, mas nessa perspectiva de Império interligado.

AH– Pensando nos processos de digitalização e exposição na Internet, quase ao mesmo tempo do *Projeto Resgate*, o Google também iniciou um grande processo de digitalização de algumas obras e textos e sofreram grandes críticas. Como você observa o envolvimento de outras empresas privadas nos arquivos e nos processos de digitalização?

ED:– Do Google eu não posso falar, porque de fato não sei, mas se conseguir digitalizar um grande número de documentos e disponibilizar acho que é interessante. Falamos muitas vezes de uma posição muito privilegiada. Por exemplo, os portugueses reclamavam muito do estado dos CDs do *Projeto Resgate*. Mas por que eles reclamavam? Porque eles estavam a poucos quilômetros de onde estava o documento. E eles podiam chegar lá, dizer que não podiam abrir a imagem e ver o documento. Mas você veja, esse mesmo CD para quem mora no Acre, que nunca vai pisar em Lisboa. Aquilo que ele conseguir ler do documento que ele conseguia abrir e baixar seria extremamente relevante para a tese dele. Então, se conseguir digitalizar e colocar na Internet, eu acho que vale a pena, entendeu?

AH– Independente de ser privado ou público?

ED– Quando se trata da memória de um país, deveria ser um projeto público. E deveria ser uma política de Estado. É uma das coisas que se tem que criticar do atual governo. O Ministério da Cultura não é só música, não é só peças e filmes, toda essa parte de patrimônio, de memória e história do país está na alçada do Ministério da Cultura. De fato, foi um grande mérito, começou no governo Fernando Henrique, mas que foi continuado de forma grandiosa nos governos Lula e Dilma, a ideia dessa disponibilização, desse resgate da memória desse país, memória que estava fora do Brasil. Ou seja, a gente precisava e tinha direito a ter acesso a essa documentação. Porque antes, só as pessoas que iam até Portugal conseguiam ter acesso a esses documentos. E para isso você tinha que ter dinheiro, você tinha que ter bolsa de pesquisa. E não era todo mundo que tinha bolsa de pesquisa nos anos de 1980 e de 1990. O *Projeto Resgate* facilitou o acesso a essas fontes, e elas dizem respeito à memória do nosso povo, do nosso país. O grande *boom* do *Projeto Resgate* foi justamente depois de 2000. Antes, os recursos eram muito contados para microfilmagem, porque era bem caro microfilm. O pagamento era primeiro em escudos e depois em euros. Quando a gente conseguiu microfilm foi muito importante, porque

conseguiu-se trazer para o Brasil pedaços da sua memória, da sua História. Então, é claro que deveria existir sim uma política pública e que isso é papel do Ministério da Cultura, sim! Principalmente esse tipo de documentação, histórica, era bom que o Ministério se lembrasse disso, que toda essa parte de cultura, memória, história, documentação, patrimônio, que está na alçada do Ministério da Cultura, e cabe à Cultura, empreender, ter programa, ter projetos. Isso não pode ficar parado, porque ainda tem muita coisa a ser feita, principalmente internamente, muitos arquivos estão com a documentação que precisava urgentemente ser microfilmada, digitalizada, de forma a preservar estes papéis tão antigos e tão pouco cuidados. Na Bahia, há muita documentação que está se perdendo, por conta do mau estado do Arquivo: mofo, calor, umidade, tudo. Não existe nenhuma perspectiva dessa documentação ser preservada e isso é muito triste. Porque vai ter uma hora que a gente não vai ter de jeito nenhum, principalmente os documentos paroquiais e camarários. Quem estudou isso, beleza. Quem não, não vai nem saber do que se tratava, porque não vai mais existir. Porque não vai ter acesso a maioria desses documentos paroquiais, de Santas Casas de Misericórdia, dos jesuítas, das Câmaras. Assim, muita coisa se perde por isso, por falta de política pública. E isso é terrível.

AH: Qual ou quais conselhos você daria a um jovem historiador?

ED– Minha vida inteira foi trabalhando com documentação de arquivo, acho que quem quer fazer algum trabalho de pesquisa tem que começar lendo, aprendendo com a historiografia, é verdade, mas que visite os arquivos, sinta o cheiro dos documentos, aprenda a manuseá-los. A partir do momento que começa a ler sobre a documentação e ler a documentação, vai começar a entender melhor de que forma pode trabalhar com aquilo. Se não conseguir visitar os arquivos, tem que abrir os sites dessa documentação, aprenda a fazer as pesquisas. Porque a gente começa a desistir da pesquisa porque não aprende a utilizar as ferramentas. Um exemplo são os catálogos da Torre do Tombo, milhares de páginas na internet, dá para ler a documentação sobre a inquisição de casa, mas, tem de aprender a utilizar de forma correta a ferramenta. Tem que ler o catálogo direito, não pode ficar só lendo a documentação que interessa, e não pode escrever tese apenas lendo o verbete. Acho que a coisa mais importante para o pesquisador é a leitura (livros, artigos) interagir muito bem com a documentação (manuscrita, impressa) e com a bibliografia, principalmente a mais geral. A documentação tem uma coisa legal porque você se apaixona por ela. Acho que o grande problema do historiador é esse, que às vezes a gente gosta tanto da pesquisa, que deixa o trabalho da escrita de lado. Fica muito mais difícil de escrever, você interage tanto com a pesquisa, é tão interessante, e tão boa de fazer, que chega na hora de

escrever, você percebe que não era isso que você queria, levantou e pesquisou muito mais material do que daria conta ler e refletir. É muito difícil o historiador não se apaixonar pelo arquivo que está pesquisando, a documentação que está lendo, é muito difícil. Então que saiba dosar isso. O bom era pesquisar a vida toda, mas não pode, tem de parar, ler, refletir e escrever. Afinal o conhecimento científico só pode avançar se publicarmos os resultados das nossas reflexões e pesquisas.

AH– Érika, obrigada, em nome do Comitê da Ars Historica, do PPGHIS, agradecemos muito sua entrevista.

ED– Eu que agradeço!